

BARROCO E PROPAGANDA: LUÍS XIV E A REPRESENTAÇÃO DO MONARCA ABSOLUTISTA.

Mariana Costa Amorim¹

O desbravamento dos mares, possibilitado pelo avanço científico, ampliou as perspectivas para os homens desse contexto, levando ao conhecimento de novos territórios, povos, animais e plantas. Toda essa efervescência de novidades e descobertas, juntamente com o despertar da consciência individual, instabilizou o poder da fé católica e as estruturas políticas da aristocracia europeia, trazendo perca de fieis com o desenvolvimento da fé protestante e até o rompimento das relações entre Henrique VIII da Inglaterra com o poder papal. Esse contexto visibilizou aos indivíduos outras formas de se enxergar no plano terreno e que suas vidas não estavam preestabelecidas. A sociedade moderna possuiu muito da mentalidade medieval e estava envolvida pelo medo: medo do mar e suas tempestades e monstros, medo da fome, da peste, do inferno e do Diabo, medo da acusação de heresia, medo da morte.

Também era uma sociedade com indivíduos supersticiosos, que acreditavam em magias, má sorte, carmas e outros tipos de maldições, assim como em meios variados de evita-lo: “[...] na Europa do começo da Idade Moderna, o medo, camuflado ou manifesto, está presente em toda parte. Assim é em toda civilização mal armada tecnicamente para responder às múltiplas agressões de um meio ameaçador” (DELUMEAU, 2009, p.54).

O Barroco possuiu características marcantes e que datou o contexto histórico do absolutismo do século XVII, sendo estimulado e adotado pela Igreja católica e pela aristocracia europeia. Esse estilo cultural foi, assim como o Renascimento, uma expressão da crise de religião e espiritualidade na Europa do século XVII, além de instabilidade política e social. A Reforma protestante no século XVI abalou o status quo da sociedade medieval europeia, despertando uma consciência individual que trouxe questionamentos e críticas sobre as estruturas que atingia econômica, social e culturalmente a vida na Europa. Uma consciência individual já estava sendo manifestada pelo humanismo e o movimento renascentista, o qual o antropocentrismo era o cerne da ideologia: “[...] o Renascimento é a celebração do humano como força autônoma e racional, desvinculada de todas as restrições

¹ Mestranda em História Social das Relações Políticas pelo Programa de Pós Graduação da Universidade Federal do Espírito Santo. É pesquisadora-bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES).

transcendentais que inviabilizam a criatividade do pensamento e a liberdade da prática objetiva” (WOLKMER, 2005, p. 9). Jean Delumeau observa que:

[...] O humanismo preparou a Reforma de dois modos: contribuiu para que aquele regresso à Bíblia que era uma das aspirações de época; chamou a atenção para a religião interior, reduzindo a importância da hierarquia, do culto dos santos e das cerimônias, ao mesmo tempo. [...] Contudo, por sua mais profunda filosofia, o humanismo era adogmático e conduzia ao repúdio da teologia (1989, p. 88).

O barroco e seus princípios demonstravam os medos que ainda circulavam na sociedade europeia. O dualismo é a representação base do movimento barroco: o bem e o mal, a luz e as trevas, Deus e o diabo. A cultura barroca se apoia em: “[...] conduzir a mente e as formas irracionais e exaltadas de crença religiosa, de posição política ou de atitude estética, e a cultura” (BEBIANO, 1987, p. 39). Desta maneira, podemos entender como o estilo foi um grande propagador dos interesses da igreja e dos monarcas que o aderiram como meio de propaganda: “[...] o barroco desenvolveu a noção de culpabilidade – para aquele que não cumprisse as determinações do monarca - em oposição à noção de responsabilidade. Esta cabia unicamente ao soberano, na direção do poder” (CALLADO, 2004, p. 141). O barroco na Europa se voltou às exigências da elite aristocrática, sendo desenvolvido em diversas áreas culturais:

[...] Em arquitetura o barroco produziu a fachada ricamente ornamentada, as escadarias sumptuosas e arrebatadoras, o jardim ornamental como “boca de cena” do palácio e o primeiro plano de um olhar tomado à distância, na pintura os seus contornos revelam-se principalmente em efeitos de luz e sombra, utilizando tonalidades intermediárias de cinza, castanho e verde, explorando as subtilezas do individualismo tanto na representação da paisagem como na reprodução do rosto humano. Por sua vez, o teatro e o drama, e muito especialmente a tragédia heroica, parecem particularmente adaptados ao espírito barroco no domínio das letras; mas os contos de fadas, novelas de cavalarias e a poesia exclusivamente ornamental surgem também, ao lado da comédia de costumes, como criações de grande voga na época. Finalmente na música, a representação expressiva de estados emocionais e de sentimentos atinge o mais elevado nível, primeiramente nos solos para óperas e oratórias, seguidamente na variada e colorida combinação de instrumentos de corda, por fim nas gigantescas harmonizações com vozes humanas e de música instrumental (BEBIANO, 1987, p. 37-38).

O misticismo e o direito divino do rei atrelado ao discurso religioso do dualismo era o grande aparato propagandístico, auxiliando na imagem política do que significava o poder real. A cerimônia de sagração do governante era o espetáculo que ilustra bem:

A sagração dos reis franceses era o grande espetáculo do poder secular, enobrecido e consagrado pela religião. Os aspectos políticos implicados nas cerimônias da

sagração régia atraíam o interesse da Igreja por muitos motivos, entre eles questões de aproximação táctica e intercâmbios de diversa ordem. Nos ritos de sagração régia os rogos de protecção ao príncipe cristão por parte da Igreja francesa eram ilustrativos de sua aliança como, por exemplo, suas súplicas pela defesa da fé, pela protecção das igrejas, pelo amparo aos pobres, etc. (LOPES, 2012, p. 45).

Os aspectos exagerados de apresentação, a ostentação e o dualismo caracterizaram o absolutismo barroco, que os usou como propaganda do poder real. A propaganda era a alma do estilo barroco, com forte simbolismo religioso que respaldou o regime político do absolutismo europeu, recorrendo ao espetáculo e encenação para afirmar o poder e a figura do rei. Foi uma forma de conservar a ordem pré-constituída da monarquia atrelada à religião católica. Teve, portanto, um carácter pedagógico para que a crença e os comportamentos fossem influenciados e regidos de acordo com os interesses do monarca católico:

Desta forma, no decorrer dos séculos XVI e XVII, o maior ou menor grau de persuasão do discurso político era definido pela adequada presença e utilização de elementos teológico-religiosos na argumentação. Desvincula-se das convenções que regiam a linguagem política à época era tornar o discurso político ineficaz (LOPES, 2012, p. 136 e 137).

Persuadir e impressionar com opulência nas artes, na arquitetura, no teatro e em outros âmbitos se uniram a outros aspectos. Os homens e mulheres da aristocracia nesse período absorveram o estilo barroco em seu cotidiano. Vestimentas extravagantes e requintadas, etiqueta comportamental, higiene, culinária, rituais e cerimônias cortesãs e públicas eram marcas de distinção social da nobreza, que produziu protocolos rígidos de comportamento e apresentação. Luís XIV e sua corte se tornaram a representantes desse estilo, por encarná-lo em todos esses aspectos. A opulência do rei demonstrava a glória do reino e ludibriava o público espectador com uma mensagem visual propagandística:

As festas do rei eram empresas de deslumbramento nas quais os espectadores participavam como testemunhas atarantadas pela grandeza do empreendimento [...]. As festas às quais presenciavam as massas do Antigo Regime político que se ia constituindo. As multidões deleitavam-se com o espetáculo, dizia Luís XIV em suas lições políticas. Com grandes festas, continua o rei, prendemos o espírito e o coração do povo, algumas vezes mais firmemente do que com recompensas e favores (LOPES, 2012, p. 66).

Assim, podemos compreender como o uso da ótica mantinha as estruturas hierárquicas e místicas na sociedade de corte. O estilo barroco estendido em vários aspectos da vida da nobreza foi um grande instrumento para a fixação de um imaginário que definia as relações de poder e influência. A França foi inspiração muitas monarquias, já que Luís XIV submeteu sua

nobreza numa teia humana de interdependência de disputa, onde o Rei Sol tinha tudo e todos ao seu redor, sendo o astro mais luminoso do reino. Por esse motivo, entendemos que, para o absolutismo do século XVII e início do XVIII:

O Barroco acrescenta o que podemos chamar de aspecto da experiência psicológica: os olhos são os mais diretos e eficazes meios de que podemos valer em matéria de afetos [...]. Por isso, os homens do Barroco sabem que a visão direta das coisas é extremamente importante. Dela depende que se estimulem movimentos de afeição, de adesão, de entrega (MARAVALL, 1997, p. 392).

Luís XIV ainda se encontra no imaginário na historiografia como o melhor exemplo de um monarca absoluto no período que é tido como Modernidade. Esse indivíduo conseguiu criar para si e para a posteridade uma imagem de centro da gravidade política (LOPES, 2012) onde tudo irradiava a graça de Deus e sua vontade na terra. O século onde se passou seu reinado ficou conhecido como O século de Luís XIV. Foi modelo para outros monarcas de seu período, pois conseguir o controle de sua nobreza. Ao construir Versalhes, objetivava centralizar seu governo no palácio e deixar seus cortesãos perto o bastante para vigiar e estar um passo à frente.

Governar no século XVII era tido um ato designado por Deus, sendo o governante a personificação de sua vontade, que devia preservar a harmonia entre a vontade de Deus e a sociedade na terra. Deste enlaço entre a política e o discurso religioso cristão, nasceram as monarquias modernas: “[...] o príncipe cristão deveria atuar com as mãos livres para fazer o bem, ao mesmo tempo em que atadas para agir para o mal. Entre as suas principais virtudes, o rei deveria cultivar a justiça em todas as suas ações” (LOPES, 2012, p. 144 e 145). Os reis do Antigo Regime manifestavam seu poder por rituais e códigos repletos de simbolismos vinculados à religião. Por ser representante do próprio Deus e de sua vontade, o povo não poderia interferir e o rei não precisava justificar suas decisões.

Como um pai para o povo, o príncipe devia prover paz, justiça e proteção para seu reino, e seus filhos lhe deviam obediência. Assim se regeu a sociedade na modernidade, sob o patriarcalismo latente dentro das casas com os pais de família e na figura máxima do protetor: o soberano:

Desde a Idade Média, os reis franceses receberam a alcunha moral e religiosa de “pais do povo”, por suas conhecidas diligências em benefício da parcela mais pobre de seus súditos. Essa expressão entrou para o vocabulário político do Antigo Regime. Como um pai em relação à sua família, ao rei cabia informar-se acerca das necessidades de seus filhos, e até sobre seus anseios mais privados. Para tanto, os príncipes seriam dotados de uma sensibilidade especial que lhes permitiria entrever o que ainda não se revelara aos mortais comuns (LOPES, 2012, p.143).

Entretanto, por ser a figura representante da ordem divina na terra, existiam limites os quais o rei deveria se restringir. Com uma conduta que demonstrasse poder, graça, justiça e piedade, o governante deveria carregar um freio moral para que desse o exemplo. Além disso, o rei numa sociedade de corte, como Luís XIV da França, estava entrelaçado pelas próprias amarras de interdependência que existiam e que comandava, o que deixa o sentido de monarca absoluto deficiente. As monarquias cristãs, porém, tiveram o direito divino dos reis absolutistas como ideologia legitimadora de seus reinados:

O Rei –Sol, que reinou durante 72 anos e se transformou quase em um emblema da monarquia absolutista europeia, tão marcada pelo luxo e por demonstração de riqueza. Esse soberano atribuiu-se a “domesticação da nobreza” a partir de invenção, a um só tempo, da propaganda, da etiqueta e da corte. Claro que todas essas realidades existiam antes de Luís XIV, mas é com esse rei que mudam de lugar e de patamar. Os costumes são regulados, a vida fica, para este estamento, mais pacífica e prazerosa tendo a corte como centro (SCHWARZ, 2000, p. 258).

O misticismo foi parte fundamental como recurso de legitimação da Casa Real e, principalmente, o soberano. Ao povo que era ludibriado pelo discurso de sagração da monarquia, cabia aceitar o que era designado por Deus: “[...] o povo acreditava na missão dos reis. Aplaudia-o porque era o rei. Amava-o porque era o rei. Obedecia-o porque era o rei. Morria nas guerras porque eram guerras da rei. Era êle quem sabia, quem decidia” (FRANÇA, 1951, p. 349).

O corpo do rei é um grande exemplo de como religião e política são inseparáveis nesse período. O corpo real consistiu na junção de dois corpos: um era o corpo natural, mortal; o outro era o corpo jurídico, imaterial e imortal. O primeiro pertence ao homem que o habita, o segundo era o Estado cristão, o cargo que ocupava o rei, numa “[...] dualidade que permite a continuidade da monarquia por ocasião da morte do monarca: o rei morreu. Vida longa ao rei” (CASTRO, 2009, p. 128). O corpo sagrado transmitia ao corpo natural aspectos divinos, como a cura pelo toque, onde a cerimônia do toque real também foi instrumento de propaganda régia e da monarquia absolutista: “[...] corpo místico do rei encarna não apenas a função de monarca, mas também de comunidade (política, nacional, sagrado) formada por seus súditos, da qual ele aparece ao mesmo tempo como réplica e cabeça” (CASTRO, 2009, p. 128).

A corte nos séculos XVII e XVIII definia os padrões da sociedade onde estavam inseridas: “[...] nessa época, não era a cidade que irradiava sobre todo o país, mas a corte e a sociedade de corte” (ELIAS, 1995, p. 14). A corte de Versalhes se tornou referência de corte barroca e, desta forma, nos atentaremos a ela. Luís XIV conseguiu articular interdependência

hierárquica e burocrática criando um ambiente de tensão, onde os cargos e posições sociais disputavam entre si, sem poder eliminar uns aos outros e onde todos se submetiam ao rei. A detenção do monopólio militar e financeiro deram poderes e controle ao rei de forma inédita. Com a dissolução dos grandes monopólios de terras por outras famílias nobres, a crescente divisão de funções na sociedade, a circulação de moedas e diminuição da economia de troca resultou no contexto ao qual foi denominado de Era Moderna. O uso das moedas promoveu o desenvolvimento da diferenciação por posse e por ganho de dinheiro, não só o monopólio de terras:

A forma e o desenvolvimento dos monopólios de poder foram influenciados de todos os lados pela diferenciação da sociedade, o aumento do emprego da moeda e a formação de classes que ganharam e possuíam [...]. Quanto mais, em outras palavras, os processos de trabalho e a totalidade de funções na sociedade se tornavam diferenciados, mais longas e mais complexas se estendiam as cadeias de ações individuais que teriam que se interligar para que cada ação preenchesse sua finalidade social, mais claramente emergia uma característica específica do órgão central: seu papel como coordenador e regulador supremo das configurações funcionalmente diferenciadas em geral (ELIAS, 1993, p. 142).

O rei, como órgão central do mecanismo, também estava preso à cadeia de interdependência que se desenvolveu. O monopólio militar do príncipe mantinha os demais grupos sociais, inclusive a nobreza, em seu lugar pertencente: o de súditos. A sociedade de corte era fortemente hierarquizada, cuja posição social significava status e diferenciação. O próprio rei se interessava por acentuar as diferenças nas posições e cargos ocupados. A rivalidade entre os nobres gerava um ambiente de tensões, porém eram essas tensões que equilibravam a ordem social. Os conflitos entre os grupos aristocráticos ocorriam principalmente entre a burguesia e a nobreza.

A burguesia em ascensão enriquecida pela monetarização e pelo comércio se tornou um adversário da nobreza, não só pela riqueza adquirida, mas principalmente pelo objetivo burguês de conseguir para si e sua família títulos aristocráticos, que trariam privilégios exclusivos da nobreza de sangue. Isso era uma afronta para os nobres provenientes da nobreza militar medieval. A disputa entre os burocratas e os nobres deu ao soberano a função de balança do poder, ora pendendo para o primeiro grupo, ora para o segundo, mantendo a tensão e a disputa por mercês do rei:

O rei, ou seus representantes, contudo, dirigia e controlava todo o mecanismo, lançando seu peso ora numa direção, ora em outra. E seu poder social era tão grande exatamente porque a tensão estrutural entre os principais grupos na cadeia social era forte demais para permitir que eles chegassem a um entendimento direto em seus

assuntos e, assim, assumissem uma posição comum e determinada contra ele ou eles (ELIAS, 1993, p. 155).

O rei era o chefe da nobreza, pertencia a esse mesmo grupo como um de seus membros, fazendo com que ele mesmo dependesse da distinção desse grupo social para sua própria posição fazer sentido dentro da estrutura da sociedade: “[...] o rei estava interessado na manutenção da nobreza como camada social distinta e separada” (ELIAS, 1995, p. 91). Nesse sentido, para que se destacasse ainda mais das outras camadas da sociedade, a etiqueta foi o instrumento utilizado para diferenciação. A etiqueta, que já era existente desde o final da Idade Média, foi aprimorada na Modernidade, tendo seu ápice no século XVII, pela corte francesa:

A etiqueta foi, nos séculos do seu apogeu (XV ao XVIII), minucioso cerimonial regendo a vida em sociedade: roupas, formas de tratamento, uso da linguagem, distribuição no espaço, tudo isso esteve determinado pela lei e pelo costume [...]. Na linguagem dos trajes, a imagem de uma sociedade hierarquizada exibia-se aos sentidos, tornava-se visível. Na Europa analfabeta, em que até os nobres não sabiam escrever, ver era experiência das mais importantes: o poder, o prestígio deviam saltar os olhos. E o apogeu desta exibição foi o espetáculo da corte de Luís XIV, ordenado segundo a etiqueta mais minuciosa (RIBEIRO, 1983, p. 7 e 8).

A etiqueta nada mais foi do que um meio de dominação dos corpos e das mentes, que só era possível numa monarquia absolutista. Saber o que falar, com quem e o que; o que vestir, como se portar, como comer, saber observar: “[...] o homem da etiqueta não é apenas uma pessoa bem-educada. É alguém que expressa seus costumes de modo a tributar e obter prestígio. A etiqueta só se compreende a partir de uma estratégia política” (RIBEIRO, 1983, p. 23). Estes eram os artifícios para criar ilusões sobre uma pessoa, utilizados para a arte da manipulação na corte francesa.

Desta maneira, a aparência era primordial nesse jogo, onde se apostava no alcance do prestígio e do poder. Na corte: “[...] a inconstância das coisas era o que havia de permanente, sendo preciso vencer pela violência psicológica, e não mais pela força das armas convencionais” (LOPES, 2012, p. 85). Desta maneira, os cortesãos se utilizavam de outras estratégias para se assegurarem em suas posições. Ao viverem enclausurados na gaiola de ouro que era Versalhes, os cortesãos deveriam se enfrentar de modo civilizado, sem o uso da força bruta e sim com sua racionalidade e controle: “[...] a espada fora substituída pela intriga e por conflitos nos quais as carreiras e o sucesso social eram perseguidos por meio de palavras” (ELIAS, 1993, p. 225).

A etiqueta era enfadonha para os nobres, que a cumpriam por pressão e contra sua vontade, mas era impossível escapar dela. Afinal, isso significaria perder privilégios e perda de oportunidade de serem promovidos a posições de maior prestígio. A humilhação era algo

muito pior para esse grupo que se baseava em orgulho de sua linhagem e honra de sua Casa. Cair em decadência era um grande medo dos nobres:

Quando um sistema de privilégios bem equilibrado atinge uma determinada estabilidade, nenhum dos privilégios lhe pode escapar sem pôr em causa as próprias bases da sua existência pessoal e social [...]. O príncipe achava-se superior ao duque, o duque superior ao marquês e, todos em conjunto, enquanto membros da nobreza, nunca dariam seu lugar aos plebeus sujeitos ao imposto. Uma atitude gerava a outra: por acção de reacção, o mecanismo social equilibrava-se, estabilizava, por assim dizer, em equilíbrio instável. A etiqueta era a face exterior desse equilíbrio (ELIAS, 1995, p. 62 e 63).

Além disso, a etiqueta complexa da corte era um recurso de distinção da classe burguesa em ascensão, pois era demonstração de refinamento e superioridade: “[...] não é por acaso que o exemplo parece sempre vir de cima e, logo, é retomado pelas camadas médias da sociedade, desejosas de ascender socialmente” (RIBEIRO, 1983, p. 19).

Desta forma, o controle comportamental foi naturalizado pelos nobres, como uma segunda pele: “[...] Versalhes é um estrangulamento da espontaneidade” (FRANÇA, 1951, p. 356). Aparentar aos outros era de máxima importância, sendo investido tempo e dinheiro para isso. Das casas de campo à decoração dos aposentos, do número de criados à aparência dos mesmos, dos tecidos às joias, da quantidade e troca de roupa branca às perucas empoadas; tudo deveria ostentar de acordo com sua posição social. Não bastava ser um marquês, deveria aparentar a posição de marquês. As dívidas adquiridas por nobres para ostentação de seu status era comum e tolerável, o importante era demonstrar estar de acordo com seu título, principalmente quando: “[...] a moda deixa de ser a prerrogativa apenas de posição e nascimento” (ROCHE, 2007, p. 194). Tendo poder aquisitivo, muitos burgueses e suas famílias imitavam tanto as vestimentas da moda cortesã quanto seus modos, sendo motivo de chacota para a nobreza despeitada, mesmo muitos nobres sendo mais pobres que alguns burgueses. A aparência do rei era, nesse sentido, imprescindível para demonstrar a glória do reino. Roupas suntuosas de tecidos finos, maquiagem, perucas e um semblante em plenitude e dignidade eram características do rei-ator, que estava em todo lugar, mesmo que não em corpo pleno:

Saltos altos para garantir um olhar acima dos demais, perucas logo ao levantar, vestes magníficas mesmo nos locais da intimidade; enfim, trata-se de projetar a imagem de um homem público, caracterizado pela ausência de espaços privados de convivência. Tal qual um evento multimídia, o rei estará presente em todos os lugares, será cantado em verso e prosa, retratado nos afrescos e alegorias, recriado como um Deus nas estátuas e tapeçarias (SCHWARCZ, 2000, p. 259).

O rei se apropriou da etiqueta para ‘domar’ os nobres que disputavam sua atenção e entre si. Os rituais do rei e da rainha eram contemplados pelos cortesãos como um espetáculo, não existindo uma separação entre o privado e o público. A cerimônia do levantar do rei e da rainha era a primeira de muitas no dia em Versalhes:

Luís XIV era acordado em geral às oito horas da manhã ou a qualquer outra hora fixada de véspera pelo rei, pelo primeiro criado de quarto que dormia junto ao leito real. Abriam-se as portas para deixar entrar os pajens de câmara. Um destes ia avisar o camareiro-mor e o primeiro fidalgo de quarto, um terceiro ficava de guarda à porta do quarto para só deixar entrar os senhores que tivessem esse privilégio. O acesso ao quarto do rei estava rigorosamente hierarquizado [...]. O que mais impressiona neste cerimonial é o seu ordenamento meticuloso. Não se trata, bem entendido, de uma organização racional no sentido actual do termo, mas de um tipo de organização em que cada gesto tinha um valor de prestígio e simbolizava a repartição do poder (ELIAS, 1995, p. 58 e 59).

Todos os aspectos da vida cotidiana eram regulados por códigos rígidos e complexos, onde o rei era o centro das atenções na encenação. Tudo estava voltado para chamar a atenção de rei, fazer-se notar para conseguir um simples olhar ou aceno do soberano, o que significava superioridade perante aos outros nobres da corte. Para isso, estar em Versalhes, entender e participar da etiqueta era primordial aos nobres para serem partes da grande encenação que era a vida no palácio. Luís XIV, ao criar seu sistema, o arquitetou para que os nobres literalmente o servissem.

O ritual para vestir o rei era hierarquicamente organizado, sendo um privilégio concedido pelo rei que o nobre colocasse suas peças de roupa. Ao se alimentar, membros da nobreza estavam lá para servir o rei e a rainha diariamente no *grand couvert du roi*. Assim, o rei se tornou: “[...] senhor de um ritual cujo controle é por princípio impecável, o monarca transforma seu exercício diário numa grande dramatização, equilibrando-se no poder por meio da concessão alargada e programada de títulos, medalhas e privilégios” (SCHWARCZ, 2000, p. 259). O rei utilizava toda pompa nos rituais para afirmar seu poder e demonstrar magnificência para impressionar os súditos. Tudo era um espetáculo praticamente teatral: banquetes, feriados religiosos, casamentos, celebrações de aniversário e funerais. A ostentação e a extravagância eram primordiais, principalmente sendo uma corte que acabou por aderir ao estilo Barroco, onde muito nunca era demais. Comer passou a ser algo extremamente elaborado. O uso dos talheres era obrigatório em Versalhes, os nobres precisavam saber onde se sentar de acordo com a hierarquia, saber qual taça servia para cada bebida; tudo se tornou complicado para que a distinção do grupo social aumentasse:

O ato de comer mesura-se na própria estrutura das cortes absolutistas dos séculos XVII e XVIII. Essa foi uma era que testemunhou intensa elaboração do cerimonial, das maneiras, do gosto e da conversação, tudo originado na corte e apresentado com um propósito – impor a existência de uma estrutura imutável de poder. Tal objetivo foi alcançado pela criação de um complexo sistema que governava os graus de admissão à presença do monarca. Versalhes, à medida que evoluía em torno do Rei Sol, de 1600 em diante apresentava ao mundo externo um espetáculo de magnificência sem paralelo, no qual comer em público passou a ser um ritual indispensável, encenado diariamente pelo rei (STRONG, 2004, p. 213).

Em Versalhes eram frequentes grandes banquetes e festas magníficas prolongadas. Sendo normalmente temáticas, eram detalhadamente organizadas com fogos de artifício, danças, músicas, apresentações teatrais e grande variedade de alimentos. A apoteose desses eventos era sempre uma homenagem dirigida à figura do rei, sendo este vestido como o deus grego Apolo ou de Rei Sol com ornamentos dourados. Para celebrar a conquista de Flandres, fez programar o dia todo em festividades:

Novamente uma equipe de artistas e artesãos transformou os jardins numa série de cenários dedicados aos vários espetáculos. A noite se abriu com o rei e seu séquito examinando as fontes e o terraço de água recentemente construídos, após o que forma servidos refrescos numa estufa pentagonal no vértice de cinco allés. [...] Em volta dele são visíveis duas das cinco mesas, “carregadas com todos os tipos de coisas que compõem uma magnífica refeição”. Tratava-se de comida figurativa na variedade italiana mais extremada: um aparador sustentava uma montanha com grutas cheias de carnes frias, e outro mostrava a fachada de um palácio de marzipã e glacê. Havia imensas pirâmides de frutas em conserva e todos os tipos de licor. Depois que o rei, a rainha e as damas comeram o que quiseram, “o rei abandonou as mesas à pilhagem das pessoas que o seguiam”.

Depois disso o grupo real dirigiu-se ao eixo central dos jardins. [...] Entre os arcos havia fontes e tocheiros; os frisos, iluminados por mangas de cristal, tinham pinturas escrevendo as estações e as horas do dia, numa referência ao deus Apolo, contrapartida mitológica de Luís XIV. O Rei Sol era apresentado em outra apoteose na decoração do centro do pavilhão, que mostrava Apolo assistido pelas nove musas no monte Helicon [...]. A noite terminou com um baile e com a iluminação do palácio, quando o rei e seu séquito tomaram o caminho de volta (STRONG, 2004, p. 221).

O luxo e requinte que beirava ao excesso, a ostentação e encenação com apelo sacro para legitimar e exaltar a figura do soberano foi uma forte característica da monarquia barroca. O espetáculo e a propaganda com toques de dualismo cristão marcaram o movimento e os países que o aderiu. Luís XIV se utilizou do movimento barroco para propagar sua imagem tanto dentro do reino da França, como para além das fronteiras francesas, criando um imaginário sobre sua pessoa. Escolhido pelo soberano francês, o Barroco ajudou a elevar a figura e a fama do monarca, ultrapassando não só as fronteiras territoriais da França, mas também dos séculos.

REFERÊNCIAS

- BEBIANO, Rui. D. **João V: poder e espetáculo**. Aveiro: Livraria Estante, 1987.
- DELUMEAU, Jean. **A civilização do Renascimento**. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.
- _____. _____. **História do medo no Ocidente: 1300-1800**. Companhia de Bolso, 2009.
- CALLADO, Tereza de Castro. O drama da alegoria no século XVII Barroco. **Revista de Filosofia do Mestrado Acadêmico de Filosofia da UECE**. Fortaleza, vol. 1, n. 2, verão 2004, p. 133-165.
- ELIAS, Norbert. **O Processo civilizador: vol. 2 – Formação do Estado e Civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.
- _____. _____. **A Sociedade de Corte**. São Paulo: Editorias Estampa, 2 ed., 1995.
- FRANÇA, Eduardo D'Oliveira. Em torno de Luís XIV. Considerações a propósito de um livro recente. **Revista de História**, São Paulo, vol. 3, n. 8, 1951, p. 1-20.
- LOPES, Marco Antônio. **O Imaginário da realeza: cultura política ao tempo do absolutismo**. Londrina: Eduel, 2012.
- MARAVALL, José Antonio. **A cultura do Barroco: análise de uma estrutura histórica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.
- RIBEIRO, Renato Janine. **A etiqueta no Antigo Regime: do sangue à doce vida**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.
- SCHWARCZ, Lilia. Peter Burke. A fabricação do rei. A construção da imagem pública de Luís XIV. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994, 254 pp. **Revista De Antropologia**, vol. 43, 2000, p. 257-261.
- STRONG, Roy. **Banquete: uma história ilustrada da culinária, dos costumes e da fartura à mesa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- WOLKMER, Antonio Carlos. Cultura jurídica moderna, Humanismo renascentista e Reforma Protestante. **Revista Seqüência**, nº 50, jul. 2005, p. 9-27.